



São Paulo, 21 de novembro de 2018.

À

UP Ideias

A/C Sra. Cibeles Metzger

Assunto: Obrigatoriedade do Registro junto ao Conrerp.

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas SP/PR – Conrerp/2ª vem respeitosamente à presença desta conceituada empresa, na pessoa da Sra. Cibeles Metzger, solicitar sua atenção para os fatos a seguir expostos após consulta a este Conselho de Classe.

Recebemos via e-mail solicitação de informações quanto a obrigatoriedade do Registro junto ao Conrerp.

Segundo legislação vigente, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam ou ofereçam serviços de Relações Públicas precisam ter registro obrigatório neste Conselho.

Nos termos do art. 2º da Resolução Normativa 43 de 24 de agosto de 2002,

Art. 2º - A falta do registro junto ao Conselho Regional respectivo torna ilegal o exercício da profissão, da atividade ou da função de Relações Públicas, tornando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, punível com as cominações definidas no Código Penal Brasileiro e nas resoluções normativas do CONFERP.

Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, artigos 2º, alínea "h"; 3º, alínea "f"; 5º, alínea "c"; 7º, alínea "d".

Trata-se da obrigação do registro no Conrerp das pessoas jurídicas que se prestam ao exercício das atividades privativas de Relações Públicas.





Por seu turno, a Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº3.668/41), no que tange ao exercício ilegal da profissão, dispõe:

Art. 47 - *Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:*

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa.

O Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas Conrerp/2ª, é o guardião do estrito cumprimento de todo o arcabouço legislativo inerente ao exercício da profissão e tem como uma de suas obrigações a fiscalização do exercício irregular da atividade de Relações Públicas, devendo, inclusive, instaurar procedimentos administrativos e aplicar multas no que concerne à utilização do título de Relações Públicas por profissionais não habilitados para tal. Importante salientar que não sanada a irregularidade são apenados a pessoa física infratora, bem como a entidade na qual a mesma desempenha suas atividades.

Independentemente das medidas administrativas que eventualmente possam ser tomadas por força de lei, espera-se que Vossa Senhoria atente ao ocorrido, sendo que este Conselho coloca-se à disposição.

Com meus cordiais cumprimentos,

Fernanda Santos
Dep. Jurídico
Conrerp/2ª